

NOTAS PARA PENSAR A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL  
NOTES TO THINK THE BRAZILIAN PHILOSOPHY OF EDUCATION

Lílian do VALLE<sup>1</sup>  
Walter KOHAN<sup>2</sup>

**RESUMO:** este trabalho questiona a possibilidade de propor, no controverso campo da «filosofia da educação» brasileira, algumas condições para o estabelecimento de um trabalho comum – entendido não como exigência de unificação desse campo, mas de legitimidade da ação educativa realizada. Propõem-se, assim, pelo menos três condições: a) a manutenção de uma interrogação permanente, capaz de orientar nosso pensamento para o ainda não pensado; b) o compromisso com a transformação do estado presente das coisas, com a não-conformidade e, ao mesmo tempo, com a disposição de não fornecer a essa transformação um ponto final; c) a afirmação da prática da educação, de sua teoria e instituições como um terreno legítimo e fecundo para a interrogação e a criação filosófica.

**PALAVRAS-CHAVE:** filosofia da educação; formação; relação teoria-prática

Nosso texto parte de uma *questão* que nada tem de retórica, e que para nós funciona como um programa de trabalho – ou melhor dizendo, como um projeto de busca; parte, também de uma *análise* daquilo que nos parece ser a situação atual da filosofia da educação brasileira.

A *questão*: seria possível, no controverso campo da «filosofia da educação» brasileira, cindido por disputas, polêmicas e embates não apenas entre concepções teóricas diversas, mas entre projetos político-pedagógicos claramente diferenciados, propor algumas condições para o estabelecimento do trabalho comum que nos propomos? E, é claro, seus desdobramentos: se possível, de que tipo, então, seriam elas, e como se formulariam? E ainda: quais os sentidos por elas abertos?

A *análise*: mais do que prática daqueles que fazem ofício da formação humana, deve-se admitir que, no país, a filosofia da educação é amplamente «disciplinarizada», fazendo-se exigência quase que exclusiva das faculdades de educação e dos cursos de formação de professores e mantendo-se formalmente apartada dos meios filosóficos em geral. Nisso, o Brasil não faz figura de exceção: raros são, em todo o mundo, os departamentos de filosofia que acolhem com certo interesse e sem menosprezo não só a disciplina, mas até mesmo o campo que a constitui.

---

<sup>1</sup> Professora titular de Filosofia da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - lvalle@infolink.com.br

<sup>2</sup> Professor titular de Filosofia da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - walterk@uerj.br

Esse duplo isolamento – a separar, por um lado, a filosofia da educação da prática a que, de certa forma, não pode deixar de estar referida e, por outro, do movimento teórico mais amplo ao qual legítima e historicamente se filia – não é decerto vivido indiscriminadamente, e vem suscitando, sobretudo nos últimos anos, saudáveis reações. Permanece, no entanto, uma certa descontinuidade entre esses esforços que, de acordo com a orientação teórica, vão privilegiar a construção histórica da «especificidade» teórica do campo descrito pela filosofia da educação, o estabelecimento de um projeto pedagógico nitidamente voltado para a prática escolarizada, ou a interlocução mais estreita com uma ou outra corrente filosófica. Procedamos, ainda aqui, aos desdobramentos.

#### **O ESTADO ATUAL DE UM CAMPO: HÁ NECESSIDADE DE UM ESPAÇO COMUM?**

Pesquisas recentes propuseram um certo mapeamento dessas orientações teóricas, manifestadas nos conteúdos propostos como eixo da transmissão pedagógica, nas referências bibliográficas adotadas para os programas e, mesmo, na formação pregressa dos profissionais que trabalham com a disciplina (ALBUQUERQUE, 2002; TOMAZETTI, 2003). Não é difícil, porém, observar que essas «tendências» seguem à risca o desenvolvimento histórico do que se poderia denominar o «investimento filosófico» na educação, em nosso país. Assim, uma primeira tendência identificada, sem dúvida precursora, é ligada ao pensamento cristão, seja pelas influências temáticas e doutrinárias ostentadas, seja pela própria formação dos professores, não raro oriundos de seminários religiosos. A adoção do referencial marxista caracteriza, não obstante as interseções possíveis, uma segunda tendência, cujo denso enraizamento no país é inegável. E, em que pese às singularidades dos dois movimentos e, mesmo, às evidentes tensões e divergências que, no *campo filosófico brasileiro*, talvez se tenham manifestado mais em plano teórico do que efetivamente educacional, as duas tendências parecem compartilhar o intenso investimento com a prática da formação humana. Mais recentemente, uma «terceira tendência» reúne o que, de fato, realiza-se como uma dispersão de pequenos grupos de interesse com perspectivas e propostas teóricas bastante diferenciadas, só mantendo em comum a busca de diálogo com diversas tendências filosóficas contemporâneas: pragmática transcendental, psicanálise, hermenêutica, fenomenologia, neopragmatismo, pós-estruturalismo, teoria crítica etc.

Ainda que seja possível que esse, como todo mapeamento, mais oculte do que revele sobre o campo da filosofia da educação, no Brasil, ele ao menos tem o mérito de assinalar que o consenso sobre as questões básicas da disciplina, quando existiu, esteve amparado em razões que pouco tiveram a ver com exigências filosóficas e educacionais; de tal sorte que, decorrendo quase que exclusivamente de posicionamentos teórico-ideológicos *a priori*, a fixação dos problemas, dos métodos e dos sentidos da filosofia da educação tendeu paradoxalmente a desestimular a interrogação filosófica sobre a intervenção educacional, pública ou privada, escolarizada ou não.

É claro que a formação daqueles que atuam na filosofia da educação é, em grande parte, responsável por esse quadro. Muitos são os oriundos de cursos de pedagogia ou de ciências sociais, onde o tratamento concedido à filosofia é, para dizer em poucas palavras, no mínimo heteróclito. Mas, em contrapartida, como sustentar o simples trânsito institucional por um curso de filosofia como garantia suficiente e, portanto, universalmente necessária? Por um lado, há muito que a filosofia não desempenha mais o papel central que lhe pôde ser atribuído pelo pensamento educacional, na prática de formação de professores. A formação em filosofia, quanto a ela, reserva, por outro lado, no melhor e mais raro dos casos, um lugar sumamente marginal à educação – situação que tende a se reproduzir nas pós-graduações em filosofia. Assim, vindos de trajetórias que guardam, entre si, pouquíssimos pontos de contato, os professores tendem naturalmente a moldar seus próprios cursos de filosofia da educação, de acordo com suas experiências individuais, como uma introdução à lógica ou à epistemologia, à história da filosofia ou à história das idéias filosóficas sobre a educação, ou ainda como um longo estudo monográfico de um autor ou de uma corrente do pensamento educacional – sob o risco de reduzirem sua atuação à transmissão de *uma* filosofia doutrinária da educação.

Não obstante, deveria a filosofia da educação produzir, para o uso de seus profissionais, algum tipo de *confluência*, no que respeita aos sentidos, aos métodos e às problemáticas que lhe podem ser associados? Em outras palavras: caberia ainda buscar algo como uma espécie de sentido comum, ou de *sentidos comuns* – necessários, ou ao menos desejáveis, aos olhos dos envolvidos com a filosofia da educação, para a construção de sua experiência teórica e prática? E, também: dever-se-ia implicar, dessa busca de confluência, uma *exigência específica* quanto à formação de seus profissionais?

As duas questões são, evidentemente, bastante polêmicas – o que, decerto, não está em nosso interesse atenuar, tanto quanto não nos move a pretensão de fornecer a nenhuma delas uma resposta conclusiva.

Conhecemos bem as frustrações derivadas das normativas unificantes! Por isso mesmo, não ignoramos o quão amiúde essas tentativas de «unificação» do campo, resultando em maior «disciplinarização», concorrem para o estreitamento e para o empobrecimento teórico da área de investigação. Todavia, é também a ineficiência prática de tais tentativas que contra elas depõe: sabemos o quanto, em nosso país, as normas e legislações andam apartadas das práticas correntes de sala de aula. No entanto, não se pode fingir esquecer que a questão toca, não apenas à institucionalização de um campo, mas ao caráter público do trabalho realizado: em todos os casos, em razão de sua especificidade, a intervenção educativa supera de muito a simples questão da adequação aos preceitos legais ou às normatizações gerais e específicas da área, para se fazer permanente indagação sobre o que fundamenta essa intervenção.

Assim, a interrogação sobre a *legitimidade* desloca radicalmente nosso problema, que já não pode mais ser pensado em termos de unificação: o que

ampara as decisões, posições e práticas assumidas pelo professor, evitando que, mesmo quando balizadas pelos requisitos formais ou justificadas por sua própria trajetória, elas permaneçam arbitrárias e privadas de sentido público?

Parece-nos que a dimensão coletiva própria à educação obriga, inicialmente, a uma constante prestação de contas que, dirigida aos próprios alunos, aos pais, aos pares e à sociedade, diz respeito à construção do sentido da intervenção realizada; mas que assume, igualmente, a forma de uma exigência de interlocução aberta, teórica e metodológica, com outras formas de conceber e de praticar a tarefa educativa. Nesse sentido, ousamos acreditar que é, em última análise, somente no seio de um efetivo embate de idéias que a ação educativa encontra os meios de se prevenir contra as implicações do isolamento e da falaciosa alternativa de auto-legitimação em que esse se apóia.

Eis, pois, o que vem nos parecendo uma condição indispensável em nossa própria prática: contribuir para o estabelecimento de um terreno de reflexão que possa se alimentar com o confronto de idéias e posições, que possa propiciar expressões singulares da «filosofia da educação»; um terreno constituído, não pela perspectiva de unificação, mas pelo entendimento profundo das razões filosóficas, políticas e educacionais que tornam a interlocução indispensável à tarefa que nos propomos.

#### **TERRENOS DE INTERLOCUÇÃO**

Um espaço mais sistemático e tradicional de debates na filosofia da educação é, no Brasil, o Grupo de Trabalho da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd). Uma análise dos trabalhos apresentados nos últimos anos mostra um marcado ecletismo, tanto nas correntes filosóficas apresentadas, quanto nas temáticas escolhidas. Mais ainda, eles revelam modos bastante diferentes de entender o significado e o sentido de fazer filosofia da educação, no Brasil hoje – tal como, de certa maneira, espelhava o mapeamento anteriormente mencionado. O espaço conquistado pela filosofia da educação no seio da Associação é decerto uma aquisição preciosa, permitindo o estabelecimento de um diálogo sistemático entre diferentes iniciativas. Há, porém, alguns limites que devem ser considerados. O primeiro deles é que, muito embora alguns esforços tenham sido realizados, o grupo só se constitui durante o breve período das Reuniões Anuais, não havendo logrado diversificar e intensificar suas formas de interlocução; além disso, considerados os participantes, não somente é grande sua instabilidade – poucos são os que têm condições de participar regularmente das Reuniões – mas, o que é ainda mais grave, é forte a concentração de participantes das Regiões Sudeste e Sul e quase inexpressiva a presença de participantes das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

De certa forma, portanto, o GT tende a repercutir e a fornecer visibilidade aos problemas com que se defronta a filosofia da educação no Brasil, inclusive

no que respeita a seu ambíguo enraizamento na área da educação – como fica patente pelo tímido papel que ocupa na Reunião como um todo e, especialmente, nos Colóquios e Mesas de Debates que integram a Reunião. Além disso, dificilmente o GT se pronuncia sobre questões que extrapolam os problemas acadêmicos abordados no seu próprio âmbito.

Importa, porém, destacar que, em sua dinâmica interna, o GT tem-se fortalecido nos últimos anos. Por um lado, o grupo tem optado por novas dinâmicas que priorizam a discussão dos trabalhos, com a redução do tempo de leitura e a inclusão de debatedores nas mesas de apresentação. Por outro, a disponibilização dos textos com antecedência à reunião tem contribuído para debates mais aprofundados. A criação da página própria e de uma lista de discussão são outros passos interessantes para o maior dinamismo do grupo.

Também merece destaque a forte tendência de emergência e consolidação de grupos e fóruns regionais. Atendendo a interesses e graus de abrangência bastante diferenciados, sua produtividade é evidenciada pela regularidade de publicação e pelo número significativo de eventos realizados, nos últimos tempos. Observa-se, no espectro mencionado, e a despeito da presença ou ausência de uma dimensão nacional, a valorização das relações com grupos e pesquisadores estrangeiros.

De nossa parte, a perspectiva de instituição de um espaço de interlocução atende ao objetivo de estabelecimento de um intercâmbio regular entre instituições nacionais e equipes de pesquisa estrangeiras que, pelas suas contribuições, sejam consideradas relevantes para a área de Educação, em torno de temas cruciais para a atualidade da filosofia da educação; e atende também ao objetivo de consolidação do estatuto da filosofia no campo do conhecimento educacional, a partir do debate acerca de seu papel na realidade brasileira. Interessa-nos, assim, o fortalecimento de um espaço de pensamento e debates sobre as relações entre filosofia e educação, que responda às necessidades e interesses ressentidos não só por professores de filosofia e pesquisadores de filosofia da educação, mas igualmente por todos os interessados nos aportes que a filosofia pode oferecer para a compreensão dos problemas educacionais. Mais ainda, verificando o quanto esses três segmentos raramente encontram terrenos compartilhados de discussão, propomo-nos favorecer especialmente a troca entre eles. Essas são as motivações que conduzem à organização, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dos *Colóquios franco-brasileiros de filosofia da educação*, de periodicidade bi-anual.<sup>3</sup>

A primeira edição do Colóquio, em junho de 2002, sob o título «O valor do mestre – Igualdade e alteridade na educação», pretendia favorecer o amplo debate filosófico sobre a questão do mestre como «especialista», examinada a

---

<sup>3</sup> Nossa colega, Siomara Borba, é parceira fundamental nas atividades aqui relatadas.

partir das problemáticas da autonomia humana, da igualdade e da democracia. Encontramos no polêmico livro *O Mestre Ignorante*, de Jacques Rancière, um ponto de partida que nos pareceu estimulante e profícuo. Participaram do Colóquio, além do próprio Jacques Rancière, os franceses Stéphane Douailler e Hubert Vincent e, pelo Brasil, dentre outros, Antônio J. Severino, Miguel Arroyo, Francisco Ortega, Vera Valdemarin, Carlos Skliar, Sílvio Gallo, Ralph Bannell, Aquiles von Zuben.

A grande receptividade de que foi objeto o evento (mais de 500 inscritos e uma média nunca inferior aos 300 participantes), em seus três dias de atividades, reafirmou o interesse e a necessidade da instituição de espaços capazes de reunir, em torno de questões candentes, pesquisadores nacionais e estrangeiros, alunos de graduação e pós-graduação de várias regiões do Brasil, bem como professores da rede pública de ensino, notadamente do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, em sua primeira edição, o Colóquio descortinou para nós um vasto programa de trabalho – em termos de pesquisas, eventos, cursos, publicações. A segunda edição, ocorrida nos dias 18 e 19 de novembro de 2004, teve como tema «O devir-mestre». Novamente interrogando a questão do mestre, o colóquio examinou sob a perspectiva da diferença, tendo como ponto de partida a obra de Gilles Deleuze.<sup>4</sup> Ainda no fito de ampliar as possibilidades do pensamento filosófico-educacional, esse segundo Colóquio se propôs a ampliar e a diversificar as formas de interlocução já estabelecidas.

Além disso, parece-nos importante a participação em fóruns interinstitucionais, como pretendem ser os Encontros internacionais de filosofia e educação – Fórum sudeste de ensino de filosofia, cuja segunda edição vimos de realizar na UERJ, e que contou com a presença de cerca de 600 educadores de todo o Brasil e de diversos países da América Latina, reunidos em torno de questões da atualidade educacional.<sup>5</sup>

Se fosse necessário indicar um fio condutor dessas iniciativas, sem dúvida destacaríamos a pretensão de consolidar um certo espaço comum, que sirva de base para a expressão das diferentes formas de pensar os sentidos e os caminhos da prática institucionalizada da filosofia da educação.

---

<sup>4</sup> Estiveram presentes: René Schérer (Université Paris VIII), François Zourabichvil (Université Paul Valéry de Montpellier), Giuseppe Bianco (Università di Trieste, Itália), Mónica Cragolini (Universidad de Buenos Aires), Norman Madarasz (Canadá), Nuno Nabais (Universidade de Lisboa), Peter Pál Pelbart (PUC-SP), Célia Linhares (Universidade Federal Fluminense), Tomaz Tadeu da Silva (Universidade Federal de Rio Grande do Sul), Sílvio Gallo (UNIMEP-UNICAMP), Sandra Corazza (Universidade Federal de Rio Grande do Sul), Sylvio Gadelha (Universidade Federal do Ceará), Daniel Lins (Universidade Federal de Ceará) e Virgínia Kastrup (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

## PENSAR UM CAMPO

Começamos nossa breve exposição pela questão das condições de constituição, num campo marcado pelas polêmicas oriundas da diversidade de orientações e de perspectivas práticas, de nosso trabalho comum, por entender que as tensões entre essas exigências que podem aparecer como tão contraditórias demarcam, elas próprias, o cerne de nosso projeto.

Para concluirmos, gostaríamos de ressaltar pelo menos três condições que se apresentam para nós como fundamentais para que tais tensões, muito longe de serem resolvidas, possam ser preservadas em sua radical fecundidade, cada uma delas ligada a dimensões que a prática institucionalizada da filosofia da educação, em nosso entendimento e em nossa prática, afirma. Há uma condição filosófica: a manutenção de uma interrogação permanente, capaz de orientar nosso pensamento para o ainda não pensado. Afirmamos, assim, como igualmente constitutivas do pensar filosófico, em seu percurso histórico, a pergunta e a afirmação, a crítica e a criação, a dúvida e a busca do novo. Há uma condição política, delineada pelo compromisso com a transformação do estado presente das coisas, com a não-conformidade e, ao mesmo tempo, com a disposição de não fornecer a essa transformação um ponto final – o que nos leva a buscar acatar, nos diversos nomes e figuras do outro, novas direções e caminhos para essas transformações. Por último, uma condição educacional: a afirmação da prática da educação, de sua teoria e instituições como um terreno legítimo e fecundo para a interrogação e a criação filosófica. Em outras palavras, para além do que possamos construir, partimos dessas três constatações: a prática filosófica que nos interessa é convite permanente ao desacomodamento, que somente o selvagem convívio das alteridades propicia, e na qual a educação não é tomada como «objeto», como «discurso» ou como «terreno de aplicação» para a filosofia, mas como pensamento em vias de se fazer, como prática permanentemente voltada para a auto-reflexão e para o auto-questionamento. São essas, a nosso ver, as condições a partir das quais vale a pena interrogarmos o valor e o sentido da filosofia da educação, restituindo as agudas exigências às quais, nos dois lados da expressão, o pensamento e a prática não cessam de nos convidar. Como em todo convite efetivo, a palavra fica com os convidados.

---

<sup>5</sup> Embora focalizado num tópico específico de filosofia da educação – o ensino de filosofia – o Encontro acolheu mais de 150 trabalhos em torno de seis perguntas norteadoras, que mostram sua amplitude e relevância, e relativas às seguintes questões: as relações entre filosofia, cultura e educação no marco da atual crise dos paradigmas; a contribuição da filosofia na escola e em outros espaços culturais para as transformações sociais; concepções e sentidos para o desenvolvimento do ensino de filosofia (escolarizado e não escolarizado); metodologias em maior sintonia com as concepções e sentidos atribuídos ao ensino de filosofia; exame do atual esquema de formação filosófica (bacharelado e licenciatura) no nível superior; a formação de professores de filosofia nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior); a Filosofia como disciplina obrigatória no ensino médio; avaliação da prática filosófica com crianças no Brasil. Os trabalhos de mesas e sessões especiais foram publicados em três volumes (*Políticas do ensino de filosofia; Lugares da filosofia: infância; Filosofia: caminhos para seu ensino*) que iniciam a coleção *Sócrates* da Editora DP&A, lançada durante o evento.

VALLE, L.; KOHAN, W.

VALLE, L.; KOHAN, W. Notes to think the Brazilian Philosophy of Education. *Educação em Revista* (Marília), n. 5, p. 15-22, 2004.

**ABSTRACT:** this paper questions the possibility to propose, in the controversial field of the Brazilian “philosophy of education”, some conditions to set up a common work; it does not aim to unify the field but to legitimate the educational and philosophical action. It proposes, then, at least three conditions: a) maintain a permanent questioning, in order to direct our thinking to the unthinkable; b) a commitment with the transformation of the actual state of affairs, with non conformity and, at the same time, with a disposition not to give a final end to that transformation; c) the affirmation of educational practice, theory and institutions as a legitimate space for philosophical interrogation and creation.

**KEYWORDS:** philosophy of education; formation; theory and practice

#### **REFERÊNCIAS**

ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. *Filosofia da educação: uma disciplina entre a dispersão de conteúdos e busca de uma identidade*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1996.

TOMAZETTI, Elisete. *Filosofia da educação: uma contribuição à compreensão do seu percurso no campo educacional*. Tese de Doutorado- Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2000.